

# Covas temeu não ser cassado pelo AI-5

**TADEU AFONSO**

Enviado especial a Brasília

Falar clara e respeitosamente, sem as manhas do político profissional que nunca se compromete com nada ou promete e não cumpre. É essa a marca registrada do senador Mário Covas, além do eterno cigarro apagado e pendurado na boca depois de um enfarte, em plena campanha eleitoral, em julho do ano passado.

Assim, nos idos de 68, ele era um dos poucos interlocutores respeitados e ouvidos pelo presidente da Federação dos Estudantes de Brasília, Honestino Guimarães, militante da radical e maoísta Ação Popular.

Covas chegava até a escondê-lo da polícia, embora não escondesse as divergências que tinha com o movimento estudantil (Honestino integra hoje a lista dos presos políticos "desaparecidos").

Como líder do então MDB, Covas articulou a resistência na Câmara ao pedido do governo para processar o deputado Márcio Moreira Alves, acusado de insultar as Forças Armadas, ainda em dezembro de 68. Quando viu que o pedido seria derrotado e que uma crise militar era iminente, Covas procurou os líderes da Arena. Queria adiar a votação do pedido para fevereiro ou março de 69, quando os ânimos estariam esfriados. Os arenistas não o ouviram e o

resultado foi o que se viu: veio o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Na madrugada de 13 de dezembro de 1968, fez questão de ser o último a abandonar a Câmara, num silencioso gesto de resistência à ditadura que se instalara. Chegou até a temer não

ser cassado. Achava que o governo poderia tentar humilhá-lo não cassando seu mandato enquanto punia centenas de emedebistas e opositores do regime.

Cassado em fevereiro de 69, Covas voltou à vida privada. Retornou à política discretamente, em 1974, a chamado de Oscar Pedrosa Horta, que liderava o partido. Em 81, começava a organizar o PMDB em São Paulo. Dois anos depois, era prefeito nomeado de São Paulo.